

Como os nomes próprios realmente referem

Claudio Ferreira Costa ¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Nesse artigo é sugerido o esboço de uma versão aprimorada da tradicional teoria descritivista dos nomes próprios. Essa versão é capaz de explicar o conteúdo informativo dos nomes próprios e o seu contraste, como designadores rígidos, com as descrições definidas, além de responder de forma mais adequada aos contraexemplos usualmente apresentados contra o descritivismo.

Palavras-chave: descritivismo, nomes próprios, referência.

Abstract: This paper contains a sketch of a more developed descriptivist theory of proper names. This version is able to explain the informative content of proper names and why they are rigid designators by contrast with definite descriptions. Moreover, it is able to answer in a more convincing way the counterexamples usually presented against descriptivism.

Key words: descriptivism, proper names, reference.

Qual é o mecanismo pelo qual nomes próprios como “Aristóteles”, “Paris”, “Vênus” etc. são capazes de designar seus portadores? A resposta mais antiga é descritivista. Segundo a teoria do agregado de descrições, que foi sugerida nos escritos de Frege, Russell e Wittgenstein, e que encontra a sua exposição última em um artigo de John Searle,² o que alguém tem em mente com um nome próprio de maneira a ser capaz de usá-lo referencialmente é exprimível por *um subconjunto indefinido de um conjunto aberto de descrições co-referenciais* (minimamente, um subconjunto contendo uma única descrição).³ Assim, um nome próprio como “Aristóteles” pode vir no lugar de

¹ Doutor em filosofia pela universidade de Konstanz, professor do Departamento de Filosofia da UFRN, bolsista de pesquisa individual do CNPq, e-mail: ruvstof@gmail.com.

² J. R. Searle: “Proper Names”.

³ Essa é a formulação sinóptica da versão searleana apresentada por Susan Haack em *Philosophy of Logics*, p. 58.

descrições definidas (geralmente iniciadas com um artigo definido) como “o estagirita”, “o autor da *Ética a Nicômaco*”, “o autor da *Metafísica*”, “o discípulo de Platão”, “o fundador do Liceu”, “o tutor de Alexandre”.

Para Saul Kripke, um problema com as teorias descritivistas é que, embora um nome próprio se aplique necessariamente ao seu portador em qualquer circunstância na qual ele exista, esse nome pode ser aplicado ao seu portador sem que nenhuma das descrições definidas a ele usualmente associadas necessariamente se aplique.⁴ Assim, podemos imaginar um mundo possível no qual Aristóteles existiu, mas morreu ainda criança, não tendo sido discípulo de Platão e nem escrito nenhuma das obras a ele atribuídas. E também podemos imaginar um mundo possível no qual Aristóteles existiu, mas não nasceu em Estagira e sim em Roma, trezentos anos mais tarde. Fica assim claro que nenhuma das descrições que associamos ao nome próprio se aplica necessariamente. Além do mais, Kripke notou que uma pessoa pode usar um nome próprio referencialmente, mesmo tendo em mente uma única descrição, que pode ser indefinida ou até mesmo incorreta. Assim, uma pessoa pode se referir a Feynman, dele sabendo apenas que foi *um* cientista norte-americano, e alguém pode perfeitamente se referir a Einstein pensando incorretamente que ele foi o inventor da bomba atômica. Considere ainda o caso de nomes de personagens semifictícios, como “Robin Hood”. Sabemos que deve ter existido alguém que esteve na origem desse personagem, mas nada sabemos sobre ele, nem mesmo se foi realmente um fora da lei ou se ele chamava Robin Hood! Em nenhum desses casos a descrição adquire um papel relevante.

A solução encontrada por Kripke, Keith Donnellan, Michael Devitt e outros, foi externalista e causal. Esses filósofos concluíram que aquilo que suporta a referência de um nome próprio é uma cadeia causal-histórica externa, que para Kripke começa com a primeira denominação do objeto através do nome, o seu “batismo”. Se eu profiro o nome “Aristóteles” e esse for o último elo de uma imensamente longa e complexa cadeia causal-histórica que começou com o batismo de Aristóteles em 384 a.C. em Estagira, isso é suficiente para eu me referir a Aristóteles. Descrições podem

⁴ Ver Saul Kripke: *Naming and Necessity* cap. II. As outras objeções de Kripke se encontram todas no mesmo livro. Para uma resposta relevante, curiosamente passada em silêncio pelos defensores da concepção causal-histórica, ver J. R. Searle: *Intentionality: an Essay in the Philosophy of Mind*, cap. 9.

acompanhar o meu uso do nome “Aristóteles”, mas a sua função será meramente auxiliar. Embora essa hipótese possa a primeira vista parecer fantástica, há muito ela se tornou a nova ortodoxia.

Dois tipos fundamentais de descrições

A resposta internalista que eu desejo sugerir aqui consiste na defesa de uma forma mais sofisticada de descritivismo. Ela se resume na descoberta de uma meta-regra cuja função é a de selecionar elementos do agregado de descrições, provendo-lhe de uma estrutura valorativa adequada. É só quando o descritivismo é acrescido dessa meta-regra, exprimível na forma de uma meta-descrição, que ele ganha o poder explicativo que merece, tornando a hipótese causal-histórica dispensável como meio de explicar a referência.

Para chegarmos onde queremos precisamos primeiramente distinguir as descrições *fundamentais* das *descrições auxiliares*. As descrições fundamentais expressam critérios primários de identificação, enquanto as descrições auxiliares várias apenas nos remetem às descrições fundamentais na busca do portador do nome, merecendo nesse aspecto serem descartadas.

Esse ponto pode ser primeiramente mostrado através de exemplos de descrições tipicamente auxiliares. Considere o caso de descrições definidas como “o tutor de Alexandre”, “o fundador do Liceu”, “o maior discípulo de Platão”, todas elas concernentes a Aristóteles. Elas são descrições definidas usuais, mas perfeitamente dispensáveis: afinal, Aristóteles continuaria sendo ele mesmo, ainda que não tivesse sido nada disso. Outro caso é o de descrições definidas pouco usuais e dispensáveis como, no que concerne a Aristóteles, “o neto de Achaeon”, “o amante de Herphylis” e “a pessoa que viajou com Teofrasto à ilha de Lesbos”. Um terceiro caso é o de descrições definidas como “o estagirita” e “o mestre dos que sabem” com respeito a Aristóteles. Essas descrições tem função expressiva ou metafórica, cumprindo com um papel mnemônico. Mas parece certo que como tais elas pouco fazem para caucionar a identificação do objeto referido. Finalmente, existem descrições que são adventícias e temporárias, como a usada pelo aluno que só sabe dizer de Aristóteles que ele foi “o

filósofo mencionado pelo professor”. Chamo a todas essas descrições de auxiliares porque, como veremos, apesar de nos orientarem na identificação do portador do nome e apesar de constituírem parte secundária de seu conteúdo informativo, elas terminam sendo prescindíveis.

Minha sugestão é a de que as descrições fundamentais para a referência do nome próprio são de outro tipo e que as formas tradicionais da teoria do agregado são enganosas, em parte por seus proponentes terem sido desviados do que é relevante ao escolherem como exemplos descrições auxiliares, como “o tutor de Alexandre e o fundador do Liceu” para Aristóteles (Frege) e “a criança retirada do Nilo pela filha do faraó” para Moisés (Wittgenstein).

Minha proposta é a de que as descrições realmente fundamentais são expressões lingüísticas de duas espécies de regras identificadoras do objeto, que são:

- A. REGRA LOCALIZADORA: que estabelece a *localização e carreira espaciotemporal* do portador do nome próprio,
- B. REGRA CARACTERIZADORA: que estabelece uma *caracterização* daquilo que consideramos como *mais relevante* no portador do nome próprio, de modo a justificar nossa aplicação do mesmo.

Assim, para um nome próprio como “Aristóteles” a descrição “a pessoa nascida em Estagira em 384 a.C., que viveu grande parte da sua vida em Atenas e que faleceu em Chalcis em 322 a.C.” exprime resumidamente nossa regra localizadora de Aristóteles no espaço e no tempo. Já a descrição que permite caracterizar Aristóteles por aquilo que nele consideramos importante de modo a justificar que ele seja identificado através desse nome próprio pode ser resumida como “o autor do conteúdo relevante do *opus* aristotélico”.

Mas o que justifica minha aposta nas regras localizadora e caracterizadora como sendo as regras-descrições fundamentais? A resposta consiste simplesmente no apelo às intuições oferecidas por nossa linguagem natural. Em atenção a isso J. L. Austin, o filósofo da linguagem ordinária, aconselhava-nos o uso dos melhores dicionários como um método para distinguirmos distinções semânticas que pudessem importar ou não importar filosoficamente. Como nomes próprios raramente são dicionarizados falta-nos esse recurso. Mas como eles são muitas vezes enciclopedizados, essa falta é

sobejamente compensada quando procuramos as condições de referência de nomes próprios oferecidas em enciclopédias. Com efeito, as enciclopédias geralmente explicam o que os nomes próprios querem dizer partindo das descrições fundamentais e não de descrições auxiliares. Eis o que encontro sobre o nome “Aristóteles” em meu *Penguin Dictionary of Philosophy*, que escolho por ser o mais conciso:

(384 - 322 a.C.) Nascido em Estagira no norte da Grécia. Aristóteles produziu o mais completo e poderoso sistema filosófico da antiguidade. (Segue-se uma breve exposição da vida de Aristóteles, seguida de um resumo das principais obras...)

Essa descrição concentra-se nos critérios identificadores dos tipos A e B. Se consultarmos a elucidação lexical de outros nomes próprios, não só de pessoas, mas também de coisas, como “Taj Mahal”, “Paris”, “China” e “Rio Amazonas”, encontraremos resultados semelhantes.

Para tornar mais claro o caráter fundamental das descrições localizadora e caracterizadora, tente imaginar um nome próprio usual sem que suas descrições fundamentais tenham aplicação alguma. Imagine, por exemplo, um Aristóteles que nunca teve nada a ver com a filosofia ou com a ciência, que não nasceu na Grécia antiga e que teve uma localização, carreira e origem espacio-temporal completamente diversa daquela tida pelo Aristóteles filósofo. Imagine, glosando um exemplo de John Searle, que a pessoa chamada pelo nome “Aristóteles” tenha sido apenas um vendedor de peixes veneziano que viveu na Renascença tardia e que nunca teve nada a ver com a filosofia... Certamente não o reconheceremos como sendo o nosso Aristóteles, mas alguma outra pessoa com o mesmo nome!⁵

Essa observação se complementa com outra: a de que na completa ausência de aplicação das descrições fundamentais as descrições auxiliares deixam de ser úteis. Para que esse ponto se evidencie tente imaginar que as descrições auxiliares que geralmente associamos a Aristóteles se apliquem ao nosso vendedor de peixes veneziano: descobrimos que ele ensinou alguém chamado “Alexandre”, que ele fundou um Liceu e foi chamado de “o mestre dos que sabem”. Nenhuma dessas estranhas coincidências

⁵ J. R. Searle: “Proper Names and Descriptions”, p. 490.

seria capaz de nos fazer admitir que o vendedor de peixes seja realmente aquela pessoa a que pretendemos nos referir com o nome “Aristóteles”. Afinal, o Alexandre que ele ensinou não pode ter sido o maior conquistador de todos os tempos, não é possível que o vendedor de peixes iletrado tenha verdadeiramente fundado o Liceu aristotélico, nem que o apelido “o mestre dos que sabem” seja o mesmo que foi usado por Dante na *Divina Comédia*. Pode ser que se descubra então que esse Aristóteles vendedor de peixes foi um fanfarrão que se acreditava sábio, que o Alexandre que ele ensinou foi um pescador, que o Liceu foi o nome que as pessoas deram ao local onde ele reunia as pessoas para contar as suas estórias, e que a descrição “o mestre dos que sabem” tenha sido ironicamente usada por seus conhecidos... Mesmo que todas as descrições auxiliares fossem aplicáveis, na falta da aplicação das descrições fundamentais elas não seriam capazes de produzir mais do que uma sensação de estranha coincidência, de persiflage do real. A conclusão parece ser a seguinte: descrições auxiliares só serão capazes de contribuir para a referência se forem articuladas dentro de um contexto definido pelas próprias descrições fundamentais para as quais elas nos direcionam, tornando-se inúteis na ausência disso.

A regra de identificação do nome próprio

Uma vez que encontramos as descrições fundamentais, a questão seguinte é saber como elas são exigidas para a aplicação de um nome próprio qualquer.

Uma primeira consideração a ser feita é que para a identificação do portador do nome próprio a satisfação de “A & B”, ou seja, da conjunção das condições, é desnecessária. Há razões conclusivas para se pensar assim. A primeira é que há nomes próprios que constitutivamente possuem apenas uma regra caracterizadora. Considere o nome “Universo”. A descrição caracterizadora é “tudo o que existe”. Mas pelo próprio fato de ser tudo o que existe (existiu e existirá), o universo não se encontra nem no espaço nem no tempo. Há também nomes próprios que só possuem regra localizadora. Digamos que o centro de um dado círculo seja casualmente denominado “Z”. Aqui a localização é o que importa, pois não há outro motivo para a sua consideração.

Outra razão para se pensar que a conjunção “A & B” é desnecessária vem da consideração de situações contrafactuais. Imagine, pois, um mundo possível *m1*, muito próximo ao nosso, no qual Aristóteles nasceu em Estagira em 384 a.C., filho de Nicômaco, o médico da corte de Felipe, mas que ele morreu de febre aos dezessete anos, em sua viagem para Atenas, não chegando a escrever o *opus* aristotélico. Nesse caso admitiremos talvez que nosso Aristóteles “em potência” existiu em *m1*. Nesse caso apenas a regra localizadora é aplicada, mas o nome próprio “Aristóteles” encontra a sua designação. Além disso, podemos conceber um mundo possível *m2*, também muito próximo ao nosso, no qual Aristóteles viveu em Roma cerca de trezentos anos mais tarde, tendo lá escrito o seu *opus*. Nesse caso tenderemos a dizer que *m2* também teve o seu Aristóteles, embora ele tenha existido em lugar e época diversos. Podemos até mesmo imaginar que os indivíduos aqui imaginados não se chamavam Aristóteles, pois descrições do tipo “a pessoa de nome N” também são auxiliares (se em um mundo possível o autor do *opus* aristotélico se chamasse Pitacus, reconheceríamos Pitacus como sendo o nosso Aristóteles).

Do fato de que as condições A e B não são isoladamente necessárias podemos concluir que nem a descrição localizadora nem a descrição caracterizadora são essenciais, se por essencial se entende algo que é necessário. Podemos, no entanto, conceber que a satisfação de uma disjunção “A ou B” das regras-descrições fundamentais seja uma condição minimamente capaz de dotar os nomes próprios de referência. O que efetivamente não parece possível, contudo, é que possamos imaginar que um nome próprio se aplique em um mundo possível em que “ $\sim A$ & $\sim B$ ” seja o caso, a dizer, em que nenhuma das regras-descrições fundamentais se aplique. Esse é o caso do exemplo já considerado de Searle, em que ele imagina um especialista em Aristóteles que veio nos dizer que descobriu que Aristóteles não foi nem grego nem filósofo, mas um obscuro vendedor de peixes veneziano que viveu na renascença tardia... O mesmo aconteceria se alguém nos dissesse que Aristóteles foi, na verdade, um armador grego que viveu no século XX, foi amante de Maria Callas e se casou com Jackeline. Afinal, Aristóteles Onassis não satisfaz nem a descrição localizadora nem a descrição caracterizadora para o estagirita.

Nesse ponto pode ser objetado que as condições A e B não precisam em si mesmas ser inteiramente satisfeitas. Um nome próprio pode se aplicar ao seu portador mesmo quando as descrições fundamentais se aplicam apenas parcialmente ou quando uma só se aplica e mesmo assim se aplica apenas parcialmente! Afinal, no mundo *m1*, no qual Aristóteles nasceu em Estagira em 384 a.C., mas morreu aos dezessete anos, não só a condição caracterizadora não está sendo satisfeita, mas a condição localizadora está sendo apenas parcialmente satisfeita, já que ele não teve a carreira espácio-temporal esperada: ele não viveu em Atenas, não visitou Lesbos e nem morreu em Chalcis em 322 a.C. Igualmente, no mundo possível *m2*, em que Aristóteles viveu em Roma mais de duzentos anos depois, podemos conceber que ele tenha escrito apenas a *Ética a Nicômano*, a *Metafísica* e alguns outros trabalhos menores. Se não houver nenhum Aristóteles grego para competir com ele, nós tenderemos a admitir Aristóteles existiu realmente em *m2*, mesmo que grande parte da condição B não esteja sendo satisfeita e coisa alguma da condição A tenha sido satisfeita. É fácil, porém, lidar com essa objeção. Basta exigir satisfação *suficiente* e não mais completa do termo ou dos termos da disjunção. Se o Aristóteles de *m1* morreu logo após o nascimento e se o Aristóteles de *m2* apenas escreveu alguma obra que é apenas improvavelmente atribuída a Aristóteles, começaremos a duvidar de que a pessoa em questão tenha sido nosso Aristóteles.

Finalmente, é necessário considerar o caso do mundo possível no qual existem dois ou mais objetos que satisfazem as condições fundamentais. Nesse caso o verdadeiro objeto de referência do nome próprio será aquele que tiver satisfeito as descrições fundamentais *de modo mais completo*. Se no mundo *m3* além do Aristóteles de Estagira tivesse existido um filósofo romano com o nome de Aristóteles que tivesse escrito o *opus* Aristotélico pouco antes da conquista da Grécia pelos romanos, nós veríamos nisso uma inexplicável coincidência. Mas preferiríamos considerar o Aristóteles de Estagira como sendo o nosso Aristóteles, uma vez que ele satisfaz a condição de localização, além da condição de caracterização.

Juntando as condições fundamentais e as condições adicionais recém-consideradas estamos em condições de estabelecer o que parece ser a forma de qualquer regra de identificação de nome próprio. Ela é estabelecida pelo que chamo de uma regra meta-descritiva, uma regra de regras, posto que as descrições pertencentes ao agregado

também são expressões de regras. Essa regra meta-descritiva, expressa por uma meta-descrição, tem a função de organizar os agregados de regras-descrições de qualquer nome próprio eventualmente dado. Ela pode ser apresentada como uma regra constituída por três condições, que chamaremos de (i) a *condição de significação*, (ii) a *condição de suficiência* e (iii) a *condição de predominância*. Ei-la:

RMD:

Um nome próprio N se aplica a um objeto da classe C

see

- (i) se condição A para *N* e/ou a condição B para *N* for(em) satisfeitas pelo objeto,
- (ii) se a satisfação dessa ou dessas condição/condições por esse objeto for suficiente,
- (iii) se não há nenhum outro objeto da classe C que chegue a satisfazê-la(s) na mesma ou em maior medida.

Substituindo as variáveis pelos dados e descrições localizadora e caracterizadora de um nome próprio qualquer, nós estabelecemos o que pode ser chamado de a *regra de identificação* (RI) para esse nome. Uma regra que estabelece as condições necessárias e suficientes para a sua aplicação.

Assim, se RMD for aplicada ao nome “Aristóteles” teremos a seguinte regra de identificação para esse nome próprio:

RI-Aristóteles:

O nome próprio “Aristóteles” se aplica a seres humanos em um mundo possível qualquer *see* nesse mundo existiu um ser humano que nasceu em Estagira em 384 a.C., viveu grande parte de sua vida em Atenas e morreu em Chalcis em 322 a.C. e/ou ele foi o autor das grandes ideias contidas no *opus* aristotélico, satisfazendo essa condição (ou essas condições) suficientemente e mais do que qualquer outro ser humano.

Essa regra de identificação para o nome próprio “Aristóteles” é intuitiva. Se a aplicarmos a regra ao caso de um filósofo árabe medieval com o pseudônimo “Aristóteles”, que em um mundo possível *m4* muito próximo ao nosso escreveu grande parte do *opus* aristotélico, veremos que essa pessoa satisfaz unicamente e suficientemente a condição B, mas não a condição A, o que já basta para que ela

satisfaça a regra de identificação para Aristóteles. Contudo, se o mundo possível for m_5 , que difere de m_4 apenas por ter existido nele também outro Aristóteles, nascido em Estagira em 383 a.C., filho do médico Nicômaco, mas falecido jovem, pouco após sua chegada a Atenas, onde foi enviado para aprender filosofia com Platão, não saberíamos mais ao certo o que dizer. Ou seja: se a medida da satisfação dos objetos concorrentes for aproximadamente a mesma pode não haver como decidir, o que significa não termos como aplicar a regra, devendo concluir que Aristóteles não existe, posto que na lógica dos conflitos criteriosais $1 + 1 = 0$.

Casos como esse recordam o paradoxo do navio de Teseu, bem conhecido nos manuais de filosofia. Digamos que esse navio tenha sido batizado com o nome de “Calibdu”. Como é sabido, no curso dos anos Teseu repôs pouco a pouco as partes do seu navio até que, no final, todas elas foram substituídas. Contudo, alguém decidiu então recondicionar as partes antigas e com elas construir outro navio igual ao primeiro. Digamos que então alguém pergunte: “Qual dos dois navios é Calibdu?” O paradoxal aqui é que não sabemos bem o que responder. A primeira vista pode parecer que ambos são o navio de Teseu. Mas isso seria contraditório, pois por definição um termo singular não pode se referir a mais de um objeto. Minha proposta é a de que a questão de saber qual dos navios é Calibdu é indecidível devido a um conflito criterial que se dá entre as duas regras-descrições fundamentais para esse nome. O primeiro navio satisfaz uma regra localizadora, que nos diz que o navio de Teseu é aquele que foi construído em um lugar e tempo específicos, tendo então seguido uma determinada carreira espaço-temporal. A segunda regra, satisfeita pelo segundo navio, é caracterizadora. Ela nos diz que o navio de Teseu é aquele que foi construído com certo material. Não temos, por isso, como decidir.

Nesse ponto alguém poderá, com razão, objetar que a regra caracterizadora é mais complexa. Ela inclui características funcionais e estruturais que foram preservadas em ambos os navios. Como consequência, parece que o primeiro navio deve ser o Calibdu, pois ele satisfaz mais completamente as regras-descrições fundamentais. Contudo, podemos equilibrar essa diferença aumentando a rapidez da substituição das partes velhas pelas novas, de modo a encurtar a carreira espaço-temporal do objeto até que a substituição das peças se complete. Se toda a sequência de substituições de partes

tiver lugar em apenas três meses, teremos dúvidas. E se ela tiver lugar em uma semana ou em um dia? Nesses casos com certeza consideraremos o segundo navio como sendo o de Teseu e não mais o primeiro, dizendo que ele foi primeiro desmontado e depois remontado em outro lugar.

Outra questão diz respeito ao nome próprio em sua expressão fonética e morfológica. Imagine um mundo possível em tudo idêntico ao nosso, com exceção do fato de que a pessoa que nasceu em Estagira, que viveu de 384 a 322 a.C., que escreveu o *opus aristotélico*... se chamava Pitacus. É óbvio que reconheceremos esse Pitacus como o nosso Aristóteles nesse mundo possível. Mas parece que Pitacus não satisfaz RI-Aristóteles. Afinal, ele não se chamava “Aristóteles”. A resposta é que a palavra “Aristóteles” no *definiendum* apenas substitui uma classe de possíveis expressões fonéticas e morfológicas de nomes próprios que satisfazem as condições de localização e caracterização. Como já consideramos, a descrição definida “a pessoa de nome N” é apenas uma descrição definida auxiliar, que pode ser abandonada.

Há nessas respostas um elemento de vaguidade capaz de incomodar alguns. Contudo, a vaguidade, a indeterminação semântica, é um pouco como a indeterminação na física quântica: ela é irreduzível. Ela é um elemento geralmente irreduzível de nossos conceitos, uma vez que reflete a indeterminação de suas próprias referências. Ela em nada atrapalha o funcionamento da linguagem, a menos nos contextos onde não é vista como imprecisão. Se quisermos ter uma teoria dos nomes próprios precisaremos abandonar o “preconceito da pureza cristalina” (Wittgenstein) e adotarmos uma teoria que dá conta da indeterminação semântica.

Falando em preconceito da pureza cristalina, é curioso notar que é possível parafrasear RI-”Aristóteles”, assim como qualquer outra regra de identificação de nome próprio, usando artifícios da teoria russelliana das descrições. Para tal precisamos primeiro transformar as descrições fundamentais em predicados. Assim, se o predicado “...ser humano que nasceu em Estagira em 384 a.C., viveu a maior parte de sua vida ativa em Atenas e morreu em Chalcis em 322 a.C.” for simbolizado por A, o predicado “...autor das grandes ideias do opus aristotélico for simbolizado por B, se o predicado “...gostava de cães” for simbolizado por C, nós poderemos (de modo simplificado) formalizar a sentença “Aristóteles gostava de cães” como:

$$\exists x ((Ax \vee Bx) \& (y) ((Ay \vee By) \rightarrow y = x) \& Cx).$$

Aqui o requisito de existência é o da disjunção das condições fundamentadoras suficientemente satisfeitas, enquanto o requisito de unicidade substitui o requisito de maior satisfação de x . Essa paráfrase salienta os aspectos formais, mas é imperfeita uma vez que substitui a condição de maior satisfação suficiente das condições fundamentais pela condição derivada de que um único indivíduo satisfaz essas condições suficientemente.

Problemas insolúveis da concepção causal-histórica

Podemos agora nos perguntar se o metadescritivismo não deveria incorporar alguma coisa da concepção causal-histórica, transformando-se em um metadescritivismo causal.⁶ Meu ponto de vista é o de que isso é desnecessário. Que geralmente existe uma cadeia causal é um fato que mesmo descritivistas como P. F. Strawson há muito reconheceram. A novidade da concepção causal-histórica é a de que ela ambiciona primariamente explicar a referência dos nomes próprios através dessa cadeia causal. O que eu contesto é precisamente essa ambição, sugerindo que o poder explicativo do recurso à cadeia causal externa, se ela existir, não é capaz de ser primário, mas é derivado da explicação que recorre a descrições expressando regras cognitivas ou pré-cognitivas através das quais o objeto de referência é identificado. Além disso, parece claro que nomes próprios podem ter sentido cognitivo sem que o elemento causal-histórico exista, como o demonstram os muitos exemplos de nomes próprios vazios, como, digamos, “Eldorado”. Esse é um nome próprio ordinário. Os espanhóis ouviram dos índios detalhes sobre uma cidade riquíssima, situada em algum lugar ao leste da cordilheira dos Andes, embora nunca a tenham encontrado. Também acontece de nomes próprios possuírem referência sem que tenha sido formada qualquer cadeia causal. Um caso é o de nomes que foram criados antes do aparecimento de seus

⁶ Em uma primeira versão das idéias aqui desenvolvidas tentei equivocadamente incorporar um elemento causal ao metadescritivismo. Ver C. F. Costa: “A Meta-Descriptivist Theory of Proper Names”.

portadores. “Brasília”, por exemplo, é o nome de uma cidade planejada e nomeada antes de ter sido construída, o que torna impossível que o objeto seja a causa determinante das aplicações iniciais desse nome. Outro caso é o de nomes próprios proferidos sem que haja cadeia causal alguma, mas que foram inferidos. Sabemos, em um exemplo conhecido, que o referente do nome próprio “Ramsés VIII” deve ter existido por volta do século oitavo a.C., pois embora não saibamos nada sobre esse faraó, sabemos algo sobre Ramsés VII e Ramsés IX. Certamente, quando pronuncio o nome “Ramsés VIII” meu proferimento não se encontra no final de uma cadeia causal-histórica...

Um teste para saber se a incorporação de alguma cadeia causal é necessária à explicação da função referencial dos nomes próprios consiste em considerar se há exemplos de proferimentos em que o falante não é bem sucedido em estabelecer nenhuma vinculação causal entre o nome próprio que usa e a sua referência, embora esse nome próprio seja em geral causalmente vinculado a sua referência. Se por causa disso a referência desaparece é sinal de que ela depende necessariamente da associação causal. Imagine, pois, que um psicótico em um sanatório anuncie que os extraterrenos irão pousar na cidade de Saratoga, na Califórnia. Ele associa ao nome “Saratoga” ao menos a descrição “uma cidade na Califórnia”. De fato, existe uma pequena cidade na Califórnia com esse nome. Mas suponhamos que o nome Saratoga tenha sido invocado em sua mente por ter causalmente ouvido por ele em um documentário sobre a batalha de Saratoga na guerra da independência americana, uma batalha que se deu na costa leste dos EUA. Como a palavra “Califórnia” foi pronunciada logo a seguir, ele entendeu que Saratoga é uma cidade situada na Califórnia... Não há, portanto, nenhuma cadeia causal (ao menos em meu exemplo) relacionando a cidade de Saratoga com o nome “Saratoga” pronunciado pela pessoa. A questão é: a pessoa logrou referir-se ao portador do nome? Embora a linguagem natural não nos forneça uma intuição positiva forte para casos inusitados como esse, a resposta é que *podemos* dizer que sim, conquanto acrescentemos que a referência se deu por acaso. Podemos dizer que a pessoa foi bem sucedida em se referir à cidade de Saratoga, embora essa referência tenha sido *meramente coincidental*. Não há, pois, nenhuma intuição linguística que nos obrigue a introduzir um elemento causal no descritivismo, mesmo sendo matéria de fato que as referências sejam em geral causalmente implicadas.

O significado dos nomes próprios

A solução dada ao problema da referência permite-nos responder ao problema do significado dos nomes próprios, entendendo a palavra “significado” no sentido fregeano de “sentido” (*Sinn*) ou “conteúdo informativo” (*informativer Gehalt*) ou ainda (em frases) “valor epistêmico” (*Erkenntniswert*). Em que ele consiste? Segundo a teoria do agregado, o significado do nome próprio residiria nas regras expressas pelas descrições definidas que ele abrevia. Podemos agora qualificar melhor essa tese. Que regras dão significado a um nome próprio dado? Certamente, a regra meta-descritiva (RMD) não é capaz disso, pois ela é a mesma para cada nome próprio, não permitindo distinguir o significado de um nome próprio do significado de outro nome próprio. Também as regras expressas pelas descrições auxiliares não são capazes de dar o significado de um nome próprio, embora se possa dizer delas que formam suas “franjas” de significação. O significado de um nome próprio deve residir então, centralmente, naquilo que o distingue dos outros nomes próprios, ou seja, ele deve consistir de suas regras-descrições fundamentais, localizadora e caracterizadora. Quem realmente sabe o significado do nome próprio é quem, em maior ou menor medida, domina essas regras, sendo essa pessoa o que chamamos de seu *usuário privilegiado*. Outras pessoas, como aquele que sabe apenas que Aristóteles foi um pensador grego (descrição indefinida) ou que acredita que ele foi o descobridor da lei da alavanca (descrição errônea, mas convergente) podem ser capazes de inserir o nome “Aristóteles” corretamente no discurso, sabendo mesmo algo de seu sentido, mas não sabem de maneira suficiente o que esse nome significa, o que deveria ser suficiente para a identificação do seu portador, devendo assumir que usuários privilegiados existem e que estes seriam capazes de completar ou corrigir o pouco que eles sabem.

Essa constatação nos permite admitir que o conhecimento do significado de um nome próprio não precisa ser compartilhado entre cada um dos usuários. Ele pode ser tido apenas pelos usuários privilegiados. Além disso, os usuários privilegiados não precisam individualmente conhecer todo o significado do nome, sendo possível que cada um deles tenha acesso a uma parte diferente do significado. É possível até que parte do conteúdo informativo do nome próprio seja mesmo armazenada fora das

mentes humanas, conquanto ela possa ser utilizada por elas, o que demandará um elemento cognitivo-descritivo prévio. A condição a que queremos chamar atenção é apenas a de que o significado conhecido do nome próprio – a sua regra de identificação – não precisa ser conhecido por cada um de seus usuários. Esse significado é propriedade necessária apenas da comunidade linguística formada pelo conjunto de seus usuários, podendo ser atualizado na soma dos elementos desse conjunto.

Minha sugestão, pois, é que pessoas que só conseguem associar ao nome descrições auxiliares ou genéricas ou mesmo insuficientemente corretas, só são capazes de se referir ao objeto de um modo *dependente* ou *insuficiente*, por se fiarem na existência de usuários privilegiados do nome. Para o nome “Aristóteles” esses usuários são especialistas, conhecedores da história da filosofia ou da cultura. Só eles, em conjunto ou isoladamente, são capazes de se referir a esse filósofo de modo *independente* ou *suficiente*, por associarem seu nome a descrições fundamentais. Há aqui um equivalente ao que Putnam chamou de divisão do trabalho linguístico, só que essa divisão possui caráter potencialmente ou atualmente cognitivo, sendo inteiramente compatível com o descritivismo.

Tendo isso em mente, em situações nas quais os usuários privilegiados do nome próprio desaparecessem e com eles os próprios meios de se obter o conhecimento das descrições fundamentadoras, o significado do nome próprio também se perderia. Imagine, pois, que após uma catástrofe natural restasse apenas uma comunidade de nativos em algum lugar do mundo, que esses nativos sejam capazes de falar inglês, mas que nada saibam da cultura norte-americana. Digamos que um deles encontre em uma folha de papel a única referência restante a Feynman no mundo inteiro, a frase “Richard Feynman foi um grande conhecedor de Tannu Tuva”. Claro que nós mesmos somos capazes de saber que ao pensar essa descrição ele se refere insuficientemente ao criador da eletrodinâmica quântica (basta digitarmos no Google “Richard Feynman” e “Tannu Tuva”). Mas não é esse o ponto que desejo considerar. O que desejo é apontar para o fato de que esses nativos, em sua sociedade, não serão capazes de fazer nada com a descrição encontrada, posto que as condições últimas de referência se tornaram irrecuperáveis para eles: a comunidade linguística à qual eles pertencem não possui as regras-descrições fundamentais para a identificação do portador do nome Richard

Feynman, não possuindo, portanto, a regra de identificação para esse nome próprio. Como resultado, eles próprios não serão capazes de fazer coisa alguma com esse nome.

Essas sugestões permitem-nos responder aos contraexemplos de Kripke ao descritivismo, segundo os quais podemos nos referir a Feynman através de uma descrição indefinida e a Einstein através de uma descrição errônea. Minha sugestão é que essas pessoas são capazes de fazer uma referência incompleta, um gesto em direção à referência, e que isso muitas vezes é tudo o que precisamos. Mas para que tal aconteça é preciso ao menos duas coisas. Primeiro, é preciso que a descrição que a pessoa associa ao nome próprio seja *convergente*, entendendo por descrição convergente aquela capaz de identificar ao menos a classe C a que pertence o portador do nome. Se alguém crê que Feynman foi um grande cientista, essa descrição indefinida é convergente, pois já contém informação sobre Feynman (um homem, um cientista). Se alguém crê que Einstein foi o inventor da bomba atômica, mesmo que essa descrição seja errônea, ela nem por isso deixa de ser convergente, pois ela já implica que Einstein foi um ser humano e que ele foi um cientista, o que é verdadeiro. O mesmo não ocorreria se as descrições forem divergentes, por exemplo, se alguém acreditar que Feynman é o nome de uma marca de perfume ou que Einstein é o nome de uma pedra preciosa. Aqui os portadores dos nomes não pertencem à classe identificada.

A segunda condição é a de que a pessoa possua conhecimento tácito do mecanismo de referência dos nomes próprios, da regra meta-descritiva. Com isso ela sabe ao menos que aquilo que sabe das descrições fundamentais exigidas é insuficiente. Com essas duas condições satisfeitas, com o pouco saber convergente que lhe está disponível, com a consciência que ela tem de sua própria falta de conhecimento, a pessoa já será capaz de inserir o nome próprio adequadamente no discurso, em contextos que reconhece como sendo suficientemente vagos, como tantas vezes acontece. Essa é a razão pela qual alguém pode, em um certo sentido (insuficiente) da palavra, se referir a Feynman sabendo apenas que ele foi um grande cientista e a Einstein acreditando que ele foi o inventor da bomba atômica. Na verdade ele está inserindo o nome corretamente no discurso de modo a fazer uma referência por si mesma insuficiente, adventícia, posto que em última análise dependente da comunidade linguística, a qual possui recursos para completar a referência.

Porque nomes próprios são designadores rígidos

A solução sugerida também permite responder à objeção de que a teoria do agregado não dá conta da propriedade do nome próprio de ser um *designador rígido*, que é mais intuitivamente definida como sendo a propriedade que ele tem de *se aplicar a um mesmo objeto em qualquer mundo possível no qual esse objeto exista*.⁷ Para encontrarmos a resposta basta considerarmos atentamente as regras de identificação dos nomes próprios resultantes da aplicação de RMD. No caso do nome próprio “Aristóteles” a regra estabelece uma identidade entre o nome próprio e uma descrição complexa, que é a seguinte:

o ser humano que satisfaz suficientemente e mais do que qualquer outro as condições de ter nascido em Estagira em 384 a.C., ter vivido a maior parte de sua vida em Atenas... e/ou de ter sido o autor das grandes ideias do opus aristotélico.

A identidade é analítica ou necessária, valendo para todos os mundos possíveis. A descrição aqui apresentada, que exprime a regra de identificação para Aristóteles, é por sua vez um designador rígido: “o ser humano que satisfaz suficientemente e mais do que... o autor das grandes ideias do opus aristotélico” aplica-se em todos os mundos possíveis nos quais Aristóteles existe, pois não há como conceber a sua existência sem conceber a aplicabilidade dessa regra.

Certamente, haverá mundos possíveis nos quais não saberemos se a regra de identificação para um nome próprio é minimamente satisfeita ou não (digamos que em um desses mundos, na corte de Felipe em Estagira em 384 a.C., tenha nascido um feto anencefálico chamado Aristóteles, filho do médico da corte, mas que ele tenha morrido dias após o nascimento... e que ninguém jamais tenha escrito o *opus* aristotélico). Mas isso sugere apenas que a semântica dos mundos possíveis deve ser reescrita de modo a dar lugar a casos indecidíveis. Para dar conta disso o designador rígido precisa ser

⁷ O próprio Kripke oscila entre essa definição e a definição segundo a qual o designador rígido é o que se aplica em todos os mundos possíveis, inclusive naqueles nos quais o objeto não existe. Mas parece claro que no último caso a maioria dos nomes próprios deixaria de ser designadores rígidos, posto que nenhum nome próprio irá referir em um mundo possível no qual o seu objeto de aplicação não existe.

redefinido como sendo aquele que se aplica a todos os mundos possíveis nos quais o objeto *definidamente* existe.

Com isso fica fácil explicar porque nomes próprios são designadores rígidos do ponto de vista do descritivismo. É que as regras de identificação dos nomes próprios, quando expressas por descrições, originam descrições rígidas, aplicáveis em todos os mundos possíveis nos quais esse objeto definidamente existe. A descrição definida acima exprime também um *critério definitório* de aplicação do nome próprio, ou seja, a condição necessária e suficiente para a sua aplicação. Dizer que Aristóteles definidamente *existe* em um mundo possível é o mesmo que dizer que a regra de identificação para esse nome próprio é efetivamente aplicável nesse mundo, pois é a aplicabilidade da regra semântico-conceitual de um nome próprio em um mundo possível aquilo mesmo que entendemos pela existência do seu objeto de referência nesse mundo.

Porque descrições definidas são designadores flácidos

A introdução de regras de identificação para nomes próprios como resultado da aplicação de RMD nos permite explicar não só porque nomes próprios são designadores rígidos, mas porque as descrições definidas que a eles associamos são em geral designadores flácidos, ou seja, designadores que se referem a objetos diferentes em diferentes mundos possíveis. Considere a descrição definida “o fundador do Liceu”. Podemos conceber um mundo possível no qual o nome “Aristóteles” se aplica a Aristóteles, que nele existiu, mas no qual a descrição “o fundador do Liceu” se aplica a outra pessoa, digamos, ao seu discípulo Teofrasto, que nesse mundo foi quem realmente fundou o Liceu. E também podemos conceber um mundo possível em que o nome “Aristóteles” se aplica a Aristóteles, que nele existiu, mas no qual a descrição “o fundador do Liceu” não se aplica, pois nesse mundo nenhum Liceu foi fundado. Por que é assim?

A resposta encontra-se à mão. Sabemos que nenhuma das descrições do agregado, mesmo as descrições fundamentais, se encontra necessariamente vinculada à aplicação do nome próprio, caso o objeto a ser referido pelo nome próprio exista. O que

necessariamente se encontra vinculado à aplicação do nome próprio, caso a sua referência exista, é apenas a regra de identificação do nome próprio, que como um todo estabelece o que chamo, seguindo Wittgenstein, de o *critério definitório* para a sua aplicação. O critério definitório ou primário é aquele que, uma vez dado, garante a existência daquilo de que é critério. Ele se distingue do *sintoma* ou critério secundário, que uma vez dado apenas torna provável a existência daquilo de que é critério.⁸ O contraste entre a descrição que exprime a regra de identificação do nome próprio e as descrições constitutivas do agregado por ele abreviado é feito pela distinção entre critério definitório ou primário e sintoma ou critério secundário. Sempre que a descrição da regra de identificação é satisfeita, sempre que o objeto existe, por nos prover de um critério definitório a regra garante a aplicação do nome próprio a esse objeto. Ora, isso o torna o nome próprio um designador rígido, posto que aplicável em qualquer mundo possível no qual seu objeto de referência exista. Mas quanto a qualquer das descrições do agregado, mesmo as descrições fundamentais (tomadas isoladamente), a sua aplicação consiste na satisfação de sintomas, de critérios secundários meramente probabilizadores da presença do objeto. Assim, a satisfação das descrições definidas associadas ao nome próprio, sejam elas quais forem, apenas probabiliza a aplicação do nome próprio, o que as impede de serem aplicadas em todos os mundos possíveis nos quais o objeto referido pelo nome existe. O resultado disso é que as descrições do agregado são flácidas, posto que podem se aplicar a outros objetos, que não o referente do nome próprio em outros mundos possíveis, ou simplesmente a nenhum objeto, mesmo em um mundo possível no qual o objeto referido pelo nome próprio exista e vice-versa. Aliás, as descrições do agregado não precisam se aplicar não só em outros mundos possíveis (em situações contra-factuais), mas até mesmo ao nosso próprio mundo, uma vez que podemos estar errados em nosso conhecimento dos dados a ele concernentes. Pode ser descoberto, por exemplo, que Aristóteles não foi realmente amante de Herphylis.

⁸ Essa é uma maneira de interpretar o que Wittgenstein escreve sobre a distinção entre critério e sintoma. Ver L. Wittgenstein, *The Blue and the Brown Books*, p. 24 ss.

A evidência a favor da explicação acima apresentada é que a oposição nome próprio rígido *vs.* descrição definida flácida se mantém apenas aonde as descrições vem associadas a nomes próprios e as suas aplicabilidades podem contrastar. Isso nos permite prever que descrições definidas que não se encontram associadas a nomes próprios, especialmente quando são fundamentais, devem funcionar como designadores rígidos. Considere, por exemplo, a descrição “o terceiro regimento de cavalaria de Sintra”. Ela exprime as regras de localização e caracterização do regimento, que por sua vez não possui um nome próprio. Por ser assim ela se nos apresenta como uma descrição definida rígida, aplicando-se em qualquer mundo possível no qual esse regimento exista, mesmo que composto por diferentes cavaleiros e cavalos. Ela é rígida porque exprime uma regra de identificação que não está associada a nenhum nome próprio, não podendo por isso em nenhum mundo possível haver divergência entre o objeto de aplicação dessa regra e o objeto de aplicação de um nome próprio ao qual ela esteja associada. Outros exemplos de descrições naturalmente rígidas são: “o assassinato do arquiduque Ferdinand em Sarajevo em 1914”, “o ponto mais oriental da América Latina” e “a última idade do gelo”, que designam respectivamente um evento, um local e um processo. Elas se aplicarão em qualquer mundo possível no qual alguém assassinou o arquiduque em 1914 (mesmo que o arquiduque seja outro e que o assassino não seja Graviolo Princeps), em qualquer mundo possível no qual exista alguma América Latina com algum ponto mais oriental (mesmo que ele esteja na Terra do Fogo e não em João Pessoa), e em qualquer mundo no qual tenha havido uma última Idade do Gelo (mesmo que ela tenha terminado há 60.000 anos e não há 10.000 anos).

Respostas a contraexemplos

A teoria meta-descritivista dos nomes próprios recém esboçada permite respostas mais convincentes aos contraexemplos levantados contra o descritivismo. Responderei aqui apenas aos mais influentes.

Consideremos primeiro o caso inicialmente mencionado de nomes semificcionalis, como Robin Hood. Kripke sugeriu que esses nomes demonstram a verdade da concepção causal-histórica, pois embora não tenhamos descrições definidas

capazes de identificar seus portadores, sabemos que eles se referem a algum objeto que foi a fonte causal desses nomes.

Nossa resposta começa com a constatação de que nomes semi-ficcionais abreviam dois tipos de descrições: as não-ficcionais, que servem para identificar o objeto que realmente originou causalmente o uso do nome; as ficcionais, que foram adições imaginativas posteriores, nada tendo a ver com o objeto originador do nome. Embora alguma coisa das descrições não-ficcionais seja sabida (sabemos que Robin Hood teria sido um justiceiro que viveu na Inglaterra no período medieval) em geral não sabemos distinguir quais são as descrições ficcionais e quais são as não-ficcionais, nem a extensão disso.

Imagine agora que uma das muitas teorias já propostas sobre quem teria sido Robin Hood seja demonstrada. Suponhamos que documentos sejam descobertos comprovando a teoria de L. V. D. Owen, de acordo com a qual o Robin Hood histórico foi um fora da lei chamado Hobbhod que viveu na primeira metade do século XI em Yorkshire. Nesse caso ao menos nossa descrição caracterizadora de Robin Hood como um fora da lei seria confirmada e complementada, enquanto nossa descrição localizadora de Robin Hood como tendo vivido no período medieval na Inglaterra teria sido confirmada e precisada. O nome próprio teria a sua referência real comprovada com base em descrições e não no elemento causal, mesmo que este também exista.

Suponhamos agora, para prover um contraexemplo à explicação causal-histórica, que se descubra que o nome Robin Hood não tenha sido invocado por um ser humano na mente do primeiro escritor medieval a usar o nome, mas por outro ser vivo, qual seja, pelo seu bravo cão perdigueiro de nome Robin, que costumava acompanhá-lo em suas incursões na floresta de Sherwood... Nesse caso não diremos que o nome próprio Robin Hood se refere ao cão de caça do escritor, mas que esse nome não possui referência alguma, pois ele é na verdade um nome completamente ficcional. Nossa teoria oferece uma explicação para o que acontece: não se trata somente do fato de que o cão não satisfaz coisa alguma da regra de caracterização que temos para Robin Hood, mas, essencialmente do fato de que nossa regra de identificação para Robin Hood se aplica à classe C dos seres humanos e não à classe dos canídeos. Se considerarmos agora a teoria causal-histórica, parece que por meio dela devemos reconhecer o nome “Robin Hood”

como permanecendo semificcional por se referir ao cão do escritor medieval. Afinal, há uma cadeia causal-histórica que começou com o cão batizado com o nome de Robin... Essa é, porém, uma conclusão absurda.⁹

Outro famoso contraexemplo de Kripke é o de um falante que associa ao nome do matemático Kurt Gödel a descrição “o inventor da prova da incompletude”. Imagine, escreve ele, que se descubra que essa prova foi na verdade descoberta por Schmidt, que morreu em Viena em circunstâncias misteriosas, e que o seu amigo Gödel tenha roubado a prova e publicado em seu próprio nome. Nesse caso, se nomes fossem abreviações de descrições, pensa Kripke, uma vez informada disso a pessoa deveria admitir que Gödel é Schmidt, pois é a Schmidt que devemos agora associar a descrição. Mas isso é contra-intuitivo, pois a pessoa continuará certa de que Gödel é Gödel e não Schmidt, mesmo sabendo que Gödel foi um falsário que não descobriu nenhuma prova da incompletude.

10

A resposta que a versão meta-descritivista da teoria do agregado dá ao exemplo em questão é, diversamente do esperado, perfeitamente intuitiva. O usuário privilegiado do nome “Gödel” o reconhece por satisfazer a regra de localização (A) de ter nascido em Brunn em 1906, estudado em Viena, emigrado para os EUA e trabalhado em Princeton, onde faleceu em 1978, e por satisfazer a regra de caracterização (B) de ter sido um grande matemático que descobriu o teorema da incompletude, além de ter feito muitas outras contribuições menores. Assim, mesmo que Gödel deixe de satisfazer parte (digamos 2/3) da regra de caracterização, ele continua satisfazendo integralmente a regra de localização, satisfazendo, pois, RI para “Gödel” bem mais do que RI para “Schmidt”. Eis porque Gödel não pode ser Schmidt!

⁹ Imagine que o ser vivo que acompanhasse o escritor medieval à caça fosse outra pessoa, um amigo chamado Hode, que lhe inspirou a estória de Robin Hood. Pela concepção causal, a pessoa batizada com o nome “Hode” seria o verdadeiro Robin Hood, pois é a causa do uso do nome semificcional, o que é escassamente intuitivo. Pela teoria proposta, porém, a resposta irá depender de detalhes adicionais, no caso, se Hode satisfaz suficientemente a condição de predominância e se ele satisfaz a condição de predominância em contraste com o objeto meramente imaginado pelo escritor medieval. Assim, se Hode realizou certos atos de bravura e compaixão, parece que há razões para concluir que Hode foi o Robin Hood originário.

¹⁰ Saul Kripke: *Naming and Necessity*, pp. 83-84.

Quanto à pessoa que associa ao nome “Gödel” somente a descrição “o inventor da prova da incompletude”, como falante competente ela tacitamente conhece a forma da regra de identificação para nomes próprios e, por conhecê-la, ela sabe que a regra que essa descrição exprime é muito incompleta, apenas parte da regra caracterizadora, recusando-se por isso a aceitar que Gödel é Schmidt enquanto não obtiver maiores informações.

Uma curiosidade acerca do exemplo é que, como ao menos parte de uma das duas descrições fundamentais identificadoras de Gödel é satisfeita por Schmidt, é possível dizer que este último passa a herdar alguma coisa do significado do nome “Gödel”, mesmo que não ganhe a sua referência. E isso realmente acontece. Digamos que um lógico, revoltado pela notícia acerca do roubo do teorema e com pena de Schmidt, lance a exclamação “Schmidt é quem foi o verdadeiro Gödel!” Essa é uma frase verdadeira se for entendida como uma hipérbole. E a razão pela qual ela é verdadeira é dada por nossa versão da teoria descritivista, a qual prevê que o nome Schmidt herda alguma coisa relevante do significado do nome “Gödel”.

Há, por fim, uma maneira de fazer com que Gödel seja realmente Schmidt, muito embora ela dê a Kripke o bolo sem o direito de comê-lo. Imagine que bem no início da estória Schmidt, por alguma razão, tivesse assassinado o jovem Gödel e assumido a sua identidade. Schmidt, que era muito melhor lógico que Gödel, descobriu então incompletude da aritmética, casou-se com Adele, fugiu para os EUA pela Transiberiana em 1940, tornou-se professor em Princeton e faleceu em 1978, de modo que aquele sujeito de calças curtas junto a Einstein na famosa foto de ambos era ele mesmo, o falsário Schmidt. Nesse caso não há dúvida de que Gödel é Schmidt. E o metadescritivismo explica: ele é Schmidt porque as regras-descrições caracterizadora e localizadora, com exceção das descrições relativas à infância, são as de Schmidt e não as da criança que uma vez foi chamada de Gödel, a qual há muito deixou de existir.

Uma última objeção de Kripke que quero aqui considerar consiste na sugestão de que o nome próprio for definido como abreviação de uma descrição definida e formos tentar explicá-la, nós teremos de recorrer outra vez ao nome próprio, caindo em um círculo vicioso. Assim, se associo o nome próprio “Einstein” à descrição “o criador

da teoria da relatividade”, ao dizer o que é a teoria da relatividade terei de dizer que ela foi a teoria criada por Einstein.

À luz de um descritivismo mais complexo essa objeção perde seu poder de convicção. A descrição “o autor da teoria da relatividade” contém o principal da descrição caracterizadora, da razão pela qual nos lembramos de Einstein. Mas é perfeitamente possível explicar a teoria da relatividade sem mencionar o nome “Einstein”. O mesmo também acontece com a descrição localizadora para esse nome: “a pessoa nascida em 1879 em Ulm, que estudou em Zurique, lecionou em Berlin e, a partir de 1933 se tornou professor em Princeton, onde faleceu em 1953”. Nenhuma circularidade. Certamente, nosso aprendizado do sentido, do conteúdo informativo de um nome próprio não é imediato, mas progressivo, razão pela qual recorreremos outras vezes ao nome próprio sempre que pedimos um detalhamento da explicação. É a esse “mistério” da recursividade do *definiendum* no aprofundamento do *definiens* que apela a objeção de Kripke.

Quero, por fim, analisar rapidamente um contra-exemplo proposto por Keith Donnellan.¹¹ Imagine, escreve ele, que se descubra que Tales não foi na verdade nenhum filósofo, mas um sábio cavador de poços, que cansado de sua profissão uma vez dissera: “Quem me dera se tudo fosse água para eu não ter de cavar esses malditos poços”, tendo essa frase passado equivocadamente a Heródoto, a Aristóteles e a outros como veículo da ideia atribuída ao filósofo Tales, segundo a qual a água é o princípio de tudo. Digamos também que a ideia de que tudo é água tenha sido sustentada por um eremita que viveu tão remotamente que nem ele nem suas doutrinas tenham qualquer conexão histórica conosco. Mesmo assim nós não diremos que Tales foi o eremita. A teoria causal-histórica possui uma maneira de explicar isso. Segundo ela é assim porque foi o cavador de poços Tales quem se encontrava no princípio da cadeia causal-histórica e não o eremita. Mas segundo a teoria descritivista o eremita é quem deveria ser Tales, pois é ele quem satisfaz a descrição – um resultado contraintuitivo.

A resposta que a teoria metadescritivista aqui proposta irá oferecer parte da constatação de que em certos casos a descrição da história causal simplesmente faz

¹¹ Keith S. Donnellan: “Proper Names and Identifying Descriptions”, pp. 373-375.

parte da descrição caracterizadora. Esse é precisamente o caso de Tales, pois o que mais nos importa na formação da regra caracterizadora para Tales é o seu lugar e influência na origem da filosofia ocidental. A descrição caracterizadora de Tales não poderia se resumir à ridícula afirmação de que tudo é água *per se*, pois se um filósofo de uma época mais próxima à nossa escrevesse isso ele seria visto como incompetente. A descrição caracterizadora de Tales só importa para nós por incluir a história causal. Podemos resumi-la como: “a pessoa *que originou a doxografia encontrada em Heródoto, Aristóteles e outros*, que a descreve como o primeiro filósofo grego, a defender que a água é o princípio de todas as coisas, que tudo é vivo, que tudo é um etc.” Quanto à regra localizadora, sabemos que Tales foi “o milesiano que viveu provavelmente de 624 a 547-8 a.C...” Em vista disso, se retornarmos ao exemplo de Donnellan, concluiremos que o eremita não pode ter sido Tales. Primeiro porque não satisfaz a descrição localizadora. Depois porque ele não satisfaz a descrição caracterizadora, mesmo que satisfaça alguma coisa dela. Assim, mesmo que Tales tenha sido um cavador de poços milesiano que viveu de 624 a 547-8 a.C., ele satisfaz as regras fundamentadoras muito mais completamente do que o eremita. Afora isso é preciso notar que dependendo dos detalhes que forem adicionados ou subtraídos ao exemplo dado, as nossas intuições podem se alterar, levando-nos tanto à conclusão de que nenhum Tales realmente existiu quanto, eventualmente, à conclusão de que Tales na verdade foi o eremita.

Acredito que para quem não quiser se curvar ao argumento de autoridade que secretamente rege a discussão filosófica, para quem for capaz de pensar por si mesmo a despeito da imensa influência imposta pela nova ortodoxia causal-externalista já de há muito vigente, não será difícil admitir que a teoria dos nomes próprios aqui esboçada é a mais auspiciosa.

Referências

Costa, C. F.: “A Meta-Descriptivist Theory of Proper Names”, *Ratio (New Series)* XXIV, 3, 2011, 259-281.

- Devitt, M.: “Meanings just ain’t in the Head”, in George Boolos: *Meanings and Method: Essays in Honor of Hilary Putnam* (Cambridge: Cambridge University Press 1990).
- Devitt, M.: *Designation* (New York: Columbia University Press 1981).
- Donnellan, K. S.: “Proper Names and Identifying Descriptions”, in D. Davidson e Gilbert Harman: (Dordrecht/Boston: Reidel 1972).
- Dummett, M.: *Frege: Philosophy of Language* (London: Duckworth 1981, 2. ed.).
- Frege, G.: “Der Gedanke”, *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus* I, 2, 1918, 58-77.
- Frege, G.: “Sinn und Bedeutung”, *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, NF 100, 1892, 25-50.
- Haack, S.: *Philosophy of Logics* (Cambridge: Cambridge University Press 1978).
- Jackson, F.: “Reference and Description Revisited”, in J.E. Tomberlin (ed.): *Philosophical Perspectives 12: Language, Mind and Ontology* (Oxford: Blackwell 1998), 201-18.
- Kripke, S.: *Naming and Necessity* (Cambridge MA: Harvard University Press 1980).
- Lewis, D.: “Putnam’s Paradox”, *Australasian Journal of Philosophy* 62, 1984, 621-36.
- Russell, B.: *The Problems of Philosophy* (Oxford: Oxford University Press 1980 (1912)).
- Russell, B.: “On Denoting”, *Mind* 14, 1905, 479-493.
- Searle, J. R.: “Proper Names”, *Mind* 67, 1958, 166-173.
- Searle, J. R.: “Proper Names and Descriptions”, Paul Edwards (ed.): *The Encyclopedia of Philosophy* (New York/London: Collier MacMillan 1967), vol. 6, 487-491.
- Searle, J. R.: *Intentionality: an Essay in the Philosophy of Mind* (Cambridge: Cambridge University Press 1983).
- Strawson, P. F.: *Individuals: An Essay on Descriptive Metaphysics* (London: Routledge 2003(1959)).
- Tugendhat, E.: *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie* (Frankfurt: Suhrkamp 1976).
- Tugendhat, E.: *Propedêutica Lógico-Semântica* (Petrópolis: trad. bras. Vozes 1997).
- Wittgenstein, L.: *The Blue and the Brown Books* (Oxford: Basil Blackwell 1958).

Investigação Filosófica: vol. 4, n. 1, artigo digital 5, 2013.

Wittgenstein, L.: *Philosophische Untersuchungen* (Frankfurt: Suhrkamp 1983).